

A Língua Inglesa e a internacionalização do Ensino Superior: análise comparativa de duas instituições de países do BRICS / La langue Anglaise et l'internationalisation de l'Enseignement Supérieur : Une analyse comparative de deux institutions de pays du BRICS

*Tamara Angélica Brudna da Rosa**

Professora de Língua Inglesa no IFFAR Campus Panambi- Rio Grande do Sul – Brasil, Mestra em Educação nas Ciências. Atua na área de Língua Inglesa, Internacionalização, Políticas Linguísticas.

 <http://orcid.org/0000-0003-3359-3909>

*Maria Cristina Pansera de Araújo***

Professora titular da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul e professora do Programa de Pós-Graduação em Educação nas Ciências da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. Sócia fundadora da Associação Brasileira de Ensino de Biologia (SBEBIO). Coordenadora do Grupo Interdepartamental de Pesquisa sobre Educação em Ciências (GIPEC-UNIJUI).

 <http://orcid.org/0000-0002-2380-6934>

*Kléber Aparecido da Silva****

Doutor em Estudos Linguísticos (Linguística Aplicada - Língua Estrangeira) pela Universidade Estadual Paulista (UNESP - São José do Rio Preto). Professor e orientador do curso de pós-graduação em Linguística da UnB, do Programa de Pós-Graduação em Letras: Cultura, Educação e Linguagens da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia e do Programa de Pós-Graduação em Letras.

 <http://orcid.org/0000-0002-7815-7767>

*Vilton Soares de Souza*****

Doutor em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem - LAEL, PUC SP, com especialização em Linguística Aplicada e Ensino do Português (UFPE). Desde 2010 é professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico - EBTT, de Língua Portuguesa e Estrangeira/ Francês, no Instituto Federal do Maranhão, em

*

 tamara.rosa@iffarroupilha.edu.br

**

 pansera@unijui.edu.br

 kleberunicamp@yahoo.com.br

 viltonsoares@ifma.edu.br

São Luís. Atualmente é Diretor de Relações Internacionais do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão.

 <http://orcid.org/0000-0002-8468-6892>

Recebido em: 16 jun. 2021. **Aprovado** em: 27 out. 2021.

Como citar este artigo:

ROSA, Tamara Angélica Brudna da et al. A Língua Inglesa e a internacionalização do Ensino Superior: análise comparativa de duas instituições de países do BRICS. *Revista Letras Raras*. Campina Grande, v. 11, n. 1, p. 85-112, mar. 2022. DOI: <https://doi.org/10.5281/zenodo.8364063>

RESUMO

O artigo reflete sobre as representações, práticas e percepções sociais da língua inglesa (LI) em duas comunidades universitárias onde a internacionalização da educação superior (IES). Para além de pressupor a interculturalidade, a integração das pesquisas e dos conhecimentos, a IES também se caracteriza como sendo um espaço de debates e embates entre atores do próprio campo e na intercessão dos campos sociais envolvidos. Nesses campos de disputa surgem discursos que revelam as diversas faces e peculiaridades da LI nas comunidades universitárias. O objetivo é analisar o sentido da LI que emerge dos documentos e práticas de duas instituições pertencentes ao BRICS. A pesquisa caracteriza-se como bibliográfica, documental, de corte analítico, comparada e também etnográfica. O universo da pesquisa é formado por duas universidades, sendo uma do Sul do Brasil e outra euro-asiática da Rússia, que são analisadas e comparadas a partir dos seus documentos e representações sociais inter-relacionadas a Língua Inglesa. Nas duas comunidades universitárias, ficou evidenciado o entendimento de que a Língua Inglesa é atravessada por questões da internacionalização e é o caminho para a consolidação da pesquisa, do ensino e da extensão com vistas à competitividade e ao produtivismo global mesmo em contextos locais diferenciados. Porém, as políticas institucionais de uso e aprendizagem da Língua Inglesa justapostas com a internacionalização em ambas comunidades são recentes e obedecem a normatividades legais de seus países, mas com discrepâncias em relação aos interesses da internacionalização. Vê-se que o fortalecimento das missões dessas universidades é atravessado por questões neocoloniais.

PALAVRAS-CHAVE: Internacionalização; Sul Global; Fatores socioculturais.

RÉSUMÉ

L'article réfléchit sur les représentations, les pratiques et les perceptions sociales de la langue anglaise (LA) dans deux communautés universitaires sur l'internationalisation de l'enseignement supérieur (IES). En plus de présupposer l'interculturalité, l'intégration de la recherche et des connaissances, l'IES est aussi vu comme un espace de débats et d'affrontements entre acteurs du même domaine et au croisement des champs sociaux concernés. Dans ces champs de tension émergent des discours qui révèlent les différents visages et particularités de la LA dans les communautés universitaires. L'objectif est d'analyser les sens de la LA qui se dégagent des documents et pratiques de deux institutions appartenant aux BRICS. La recherche se caractérise comme bibliographique, documentaire, analytique, comparée et aussi ethnographique. L'univers de la recherche est constitué de deux universités, l'une du sud du Brésil et l'autre de Russie, qui sont analysées et comparées sur la base de leurs documents et représentations sociales interreliées à la langue anglaise. Dans les deux communautés universitaires, la compréhension que la langue anglaise est traversée par des problèmes d'internationalisation et est la voie de la consolidation de la recherche, de l'enseignement et de la vulgarisation dans une perspective d'exclusion et de productivisme global même dans des contextes locaux différents était évidente. Cependant, en tant que politiques institutionnelles pour l'utilisation et l'apprentissage de la langue anglaise juxtaposées à l'internationalisation dans les deux communautés, elles sont récentes et conformes aux réglementations légales de leurs pays, mais avec des décalages par rapport aux intérêts de l'internationalisation. On voit que le renforcement des missions de ces universités est traversé par des enjeux néocoloniaux.

MOTS-CLÉS : Internationalisation ; Sud Global ; Facteurs socioculturels

1 Introdução

Uma questão norteadora em nossa sociedade moderna e que não quer calar: qual é o espaço/dimensão/voz/posição do ensino - aprendizagem da Língua inglesa (LI) em políticas de internacionalização do Ensino Superior (? Pensando na importância da LI no âmbito profissional e acadêmico, as instituições de ensino superior desempenham um papel primordial na formação de jovens profissionais, que deverão estar preparados para um mundo globalizado, interconectado, interdependente e em constante mudança.

Neste sentido, o presente artigo discute a LI sob a perspectiva dos princípios teóricos de Pennycook (2001, p.43), o qual entende que “todo conhecimento é político” e chama a atenção de que deve haver uma teorização embasada em questões sociopolíticas inter-relacionadas com as questões da linguagem na construção sociocultural dos indivíduos, pois a língua quando entendida como um fator sociocultural, ela acaba por ser entendida em relação à globalização, à história colonial, às práticas docentes e praxeologias singulares. Isto pois segundo Cavallari a ideia de Pennycook é de que:

[...] o ensino da Língua Inglesa (LI) representa o meio mais poderoso de inclusão ou exclusão de posições socioeconômicas e que há um discurso dominante da LI enquanto língua internacional e ‘globalizadora’, que tende a ignorar questões políticas, econômicas, culturais e ideológicas e a fortalecer determinadas culturas em detrimento de outras. (CAVALLARI, 2016, p. 2-3).

Ainda, conforme Jordão:

[...] para entender o que se passa com o inglês na internacionalização do ensino superior, precisamos revisitar nosso conceito do que são as línguas, o que elas fazem para nós (e nós para elas), bem como a posição que ocupamos pelo inglês em cada cenário cultural e político específico onde está sendo usado e adaptado, ou seja, ressignificado. [...] ao lado de suas implicações políticas, se quisermos ter práticas de internacionalização ética que não suprimam as diferenças e atendam ao direito de todos de aprender de forma diferente. (JORDÃO, 2014, p. 205).

Neste sentido, a internacionalização influencia e é influenciada pela globalização no uso do inglês como língua acadêmica ou internacional (KEHM; SHIN, 2013). Ademais, segundo Zilberberg:

Sem dúvidas, a internacionalização tem sido um dos acontecimentos mais marcantes do ensino terciário. [...]. Consiste em um esforço constante, que deve permear por todas as estruturas da IES e tem de ser compreensivo, um compromisso transformado em ação. Assim sendo, as universidades passaram a ser os principais agentes da educação internacional, promovendo acordos de cooperação e ofertando programas em nível transnacional, além de desenvolver a internacionalização do campus (*internationalization at home*). Nesse contexto de internacionalização e de comercialização do ensino

superior existe uma atenção cada vez maior com os *rankings* internacionais que, devido à sua crescente importância, passaram a ser usados como referência para avaliar a qualidade das instituições. Portanto, as IES passaram a se preocupar em aparecer nessas listas, que priorizam a pesquisa em detrimento do ensino. Tudo isso tem a ver com outra preocupação, que ainda persiste: a administração do mencionado anteriormente, sem perder de vista a qualidade do ensino e a formação do aluno, que deve estar sempre no centro do processo. (ZILBERBERG, 2020, p.1)

Deste modo, entende-se que a internacionalização precisa estar presente em todo o campus, na universidade como um todo. Assim sendo, Robson (2017) salienta que, se as universidades querem ser verdadeiramente internacionalizadas, elas precisam começar “em casa”, isto é, no seu próprio campus.

Conseqüentemente, surge a necessidade e a importância de se discutir essa temática no contexto dos países pertencentes ao BRICS pois eles são detentores de mais de 21% do PIB mundial, formando o grupo de países que mais crescem no planeta. Além disso, representam 42% da população mundial, 45% da força de trabalho e o maior poder de consumo do mundo. O BRICS visa desenvolver cooperação setorial em diferentes áreas, como ciência e tecnologia, promoção comercial, energia, saúde, educação, inovação e combate a crimes transnacionais. Atualmente, essa cooperação setorial, que abrange mais de 30 áreas, traz importantes benefícios concretos para as populações dos países do agrupamento. Portanto, a análise de duas comunidades universitárias deve-se ao interesse pela urgência na promoção de ações que contribuam para melhoria do Ensino Superior inter-relacionados com as questões da LI de países do Sul Global. Entenda-se aqui o Sul Global se referindo às pessoas, lugares e ideias que foram deixados de fora da grande narrativa da modernidade. (PENNYCOOK; MAKONI, 2020, p. 2). Vale salientar que a escolha das comunidades universitárias do Brasil e da Rússia deu-se pela rede de colaboração de pesquisa dos autores. Assim sendo, neste artigo objetivamos analisar o uso do inglês em contexto acadêmico-universitário sob o viés das práticas sociais que visam assegurar um ambiente sociocultural internacional. Trata-se de um trabalho que busca compreender como o contexto sociocultural – constituído pela cultura e características geopolíticas de dois países do sul global, as políticas linguísticas internacionais e nacionais do ES, o projeto e práticas institucionais- permeia o uso e a aprendizagem da LI no contexto universitário. Assim, este artigo visa analisar o atual cenário de duas IES pertencentes ao Sul Global que estão no movimento de ampliação de seus processos, ou melhor, de suas políticas linguísticas, no qual o domínio da LI acaba sendo uma condição para que a internacionalização ocorra efetivamente.

A partir disso, o artigo está organizado em duas partes. Na primeira parte, situamos a questão da LI no contexto acadêmico-universitário inter-relacionando-a com a economia global, pontuando seus desafios e, primordialmente, como se estruturam os discursos de internacionalização do ensino superior, tomando como base os documentos internacionais (OCDE, Unesco e Tratado de Bolonha). Na segunda parte, abordamos as políticas linguísticas da LI e de internacionalização institucionalizadas na UNIJUI e na

TSU que estão presentes nos respectivos Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e no Plano Institucionais de Internacionalização.

2 Metodologia

Para responder aos objetivos apresentados optamos por uma pesquisa teórico bibliográfica, documental, de corte analítico e comparada, a respeito da LI atravessada pelas principais políticas de internacionalização institucionalizadas na UNIJUI (Universidade Regional do Noroeste do Rio Grande do Sul) e na TSU (Tomsk State University). A perspectiva comparada permite apontar quais os discursos que balizam e organizam as propostas institucionais referentes às políticas linguísticas relacionadas à LI e à internacionalização do ensino superior nessas instituições em seus processos de criação e expansão considerando a língua como um fator sociocultural.

Cabe ressaltar que os locais onde esta pesquisa foi desenvolvida representam, para um dos autores, espaços de atuação profissional docente, além de serem locais de residência provisória (Tomsk) e fixa (Ijuí), respectivamente. Esses aspectos contribuíram com o estudo desenvolvido à medida que um dos pesquisadores, ao conhecer as instituições e espaços de investigação, pôde melhor observar e compreender as suas particularidades, estrutura organizacional e dinâmica de ação pedagógica, além de aproximar-se com os sujeitos envolvidos nas relações de amizade e trabalho estabelecidas.

Tendo isso em vista, foram utilizados como instrumento de pesquisa: os currículos das instituições dos participantes; os questionários respondidos pelos sujeitos (compostos por questões sobre motivação em relação à aprendizagem e uso da LI); as audiografações dos GF; as entrevistas; os diários de bordo; atividades diversas produzidas ao longo das observações; documentos oficiais norteadores do ensino; e a literatura teórica pertinente. Esses instrumentos de pesquisa foram empregados em prol de detalhar e caracterizar os contextos dos dados empíricos desta investigação.

No concernente às políticas linguísticas e de internacionalização, a UNIJUI conta com apenas 2 servidores para área de Assuntos de Relações Internacionais e já tem redigida uma política de internacionalização mas encontra-se em processo de expansão desta política bem como de todas suas políticas linguísticas desde o ano de 2018. A TSU, por sua vez, já tem suas políticas linguísticas e de internacionalização implementadas desde 2010, além de contar com mais de 50 servidores ligados a área de Relações Internacionais. Porém, percebe-se que, por serem pertencentes aos países do sul Global, há um processo de luta e enfrentamento para a implementação, implantação e eficácia destas políticas frente aos rankings mundiais impostos.

Neste cenário, a LI apresenta-se de forma idiossincrática e complexa. Por isso, o foco de analisar como a LI e a internacionalização do Ensino Superior se apresentam e foram configuradas em suas comunidades universitárias, será o que discutiremos na seção a seguir.

3 A LI e a Internacionalização do Ensino Superior: configuração de um *background* em dialogia

Não é possível definir o que é correto nos usos da LI, mas é muito clara a inter-relação dessa língua com a IES. Na prática, ela possibilita a articulação da instituição no contexto mundial ao adotar práticas e iniciativas que abrem novos espaços para a projeção internacional e para a vinculação com redes acadêmicas, além de consolidar valores como a cooperação e a solidariedade na cultura institucional. Neste sentido, a LI não deve aparecer apenas quando falamos em internacionalizar assim como não se pode reduzi-la a um objetivo tomado de forma auto suficiente ou um produto a ser alcançado, mas deve ser compreendida como um processo social, econômico, político e culturalmente situada.

Assim, dentro das políticas linguísticas, a política de idiomas é um dos alicerces que deve integrar o processo de internacionalização. Por essência, ela é um documento de alto nível que define padrões para o ensino de línguas, fornecendo um plano estratégico para seu desenvolvimento. As políticas linguísticas servem para orientar as universidades não apenas durante o processo de implantação da internacionalização do ensino, como também nas fases seguintes. É a partir dela que são estabelecidas metas para o ensino e definidas quais atividades serão necessárias para alcançá-las. E essa é a base para definição de parâmetros que permitirão monitorar sistematicamente o progresso em direção aos seus objetivos. Por conseguinte, a LI surge como um fator dicotômico, ou seja, em alguns contextos ela atua como elemento inclusivo e em outros, como excludente. A língua se tornou uma espécie de *língua mundi*, a que preferimos chamar de *World English* (cf. RAJAGOPALAN, 2004; 2005; 2006). Ela já escapou das mãos dos ingleses, dos norte-americanos, enfim, de todos aqueles que pouco tempo atrás eram tidos como proprietários desse idioma (RAJAGOPALAN, 2014). Logo, sustentar a predileção por modelos hegemônicos da língua inglesa no contexto educacional, especialmente em contextos como os dos países do Sul Global e do BRICS, não representa a realidade vivida pelos aprendizes.

Ainda, viver e fazer a LI imbricada com a internacionalização como prática local é viver nas zonas de contato, em meio a heteroglossia pois segundo Bakhtin (2016) os signos são construtos ideológicos, dependentes de suas condições de produção e de seus contextos sócio-históricos. Também é viver n(os) espaços aporéticos (BURDICK et al, 2014), espaços dinâmicos e criativos de dúvida e de crise, nos quais se tornam natural e visível a heterogeneidade de línguas, linguagens sociais, vozes e identidades, ao

mesmo tempo que se questionam formas de pensar, ser, fazer e dizer regulados pelo etnocentrismo e pela subalternização de certos sistemas de conhecimentos e culturas em favorecimento de outro, de certos modelos de internacionalização em detrimento de outros. (MARC AUGÉ, 2012).

No contexto do Brasil, a LI atua como fator excludente pelo fato do país estar vivenciando o processo de internacionalização do ensino superior visivelmente há apenas 10 anos e, também, pelo nível de proficiência dos alunos brasileiros ser considerado baixo tanto em questão de publicações internacionais como de comunicação se comparado a países do Norte Global. Ainda não é comum que as instituições exijam um nível específico mínimo de domínio de inglês para o ingresso nos cursos aos moldes do Quadro Comum Europeu e dos testes de proficiência internacionais. Em outras palavras, ainda há apego à individualização da linguagem como propriedade do sujeito, ou seja, a LI é considerada como a principal língua de acesso à internacionalização gerando exclusões devido a questões econômicas, históricas, sociais e culturais. Isso faz com que haja uma não naturalização da LI como um capital cultural inerente ao ES. Conforme Lima e Contel:

Apesar de historicamente o processo de internacionalização se desenvolver, principalmente, a partir da circulação de pessoas, criação de programas conjuntos e transnacionalização de instituições (KNIGHT, 2005), no Brasil os programas ainda são predominantemente focados na mobilidade das pessoas (estudantes, professores e pesquisadores), muito pouco na criação de programas conjuntos e sem qualquer experiência de transnacionalização de IES. (LIMA; CONTEL, 2008, p. 22).

Ocorre que no Brasil, o grande desafio enfrentado nesse sentido é que lidamos com o aspecto histórico e cultural da baixa proficiência da população, em outras palavras, problemas ligados a fatores coloniais configurados pela imposição da LI (entre outras línguas estrangeiras) e não a sua utilização mais horizontal tal como sua apropriação para atender as necessidades da população local em um processo de naturalização e não de imposição. Ou seja, implementar uma etapa seletiva preliminar de idiomas significa reduzir drasticamente o acesso à educação. Tal situação pode ser confirmada pelos dados publicados por Borges e Garcia-Filice, os quais afirmam que:

A dificuldade do governo brasileiro para cumprir, em quatro anos, a meta de 101 mil bolsas para estudo e pesquisa no exterior reflete a negligência histórica das políticas com relação à qualidade do inglês ofertado nas escolas básicas (LUNA; SEHNEM, 2013). O despreparo dos estudantes para o intercâmbio internacional foi sentido de imediato, o germinar do CsF pôs em evidência um cruel quadro de exclusão social conectado às desigualdades estruturais no país e à fragilidade do ensino de língua estrangeira. [...] Se, por um lado, o CsF reflete as diretrizes neoliberais de internacionalização da educação superior, como dinâmica inerente à globalização e à hegemonia da língua inglesa no fenômeno da crescente mobilidade estudantil, por outro, evidencia as

desigualdades estruturais da sociedade brasileira no acesso aos patamares mais elevados da formação exigida pela sociedade do conhecimento. (BORGES; GARCIA-FILICE, 2016, p. 74-75).

Assim, a IES no Brasil suscitou uma gama de questões, às quais a LI aparece como limitadora na construção de conhecimento numa perspectiva neoliberal. Neste sentido, a interdependência mercantilista reforça as desigualdades entre os países ricos e pobres na economia global do século XXI e expõe as iniquidades sociais no acesso à educação superior do Brasil e, por conseguinte, aos programas de internacionalização. Assim, ficam visíveis as acentuadas diferenças entre os países do Sul Global e, em especial, dos países pertencentes ao BRICS em contraponto com a referência da dita excelência dos países considerados do Norte Global, tendo em vista que esta relação em seus termos coloniais, econômicos e políticos está posta pois afinal a tal excelência existe às custas de genocídios, ecocídios, expropriações, e ocorrem ainda hoje. Gimenez ainda complementa que:

Se mesmo para outras línguas as questões econômicas não são secundárias, no caso do inglês, é impossível desconectá-lo da globalização, pois ele viabiliza a mobilidade de capital de recursos. Se por um lado, a globalização favorece a manutenção de uma língua franca, por outro, uma língua franca possibilita a globalização. Essa simbiose não pode ser ignorada no contexto escolar [...]. (GIMENEZ, 2011, p. 49).

Nesta perspectiva, concordamos com Pennycook (2020) e Bakthin (2016) no sentido de que a língua reflete e refrata a realidade, ou seja, a realidade é constituída por meio da língua ao mesmo tempo em que a realidade a constitui. Por conseguinte, as políticas linguísticas representam o espaço, a voz e a vez das universidades ressignificarem a IES de acordo com as suas necessidades e especificidades.

Entretanto, Pereira e Souza (2014, p. 20) revelam que “as políticas linguísticas empregadas atualmente não correspondem às necessidades geradas pelos programas de mobilidade acadêmica, que exigem uma proficiência linguística que não faz parte do contexto educacional brasileiro”. Infelizmente, esta situação configura o cenário da maioria das universidades latino-americanas e, portanto, há uma redução considerável no índice de alunos internacionais, nos *rankings* mundiais e na disseminação dos resultados das pesquisas em detrimento da não proficiência em LI bem como da não representação positiva da língua em contextos suleares. Além disso, de acordo com Hughes (2008, p. 111), os países anglófonos dominaram o processo de internacionalização e quatro países de língua inglesa (Reino Unido, EUA, Austrália e Canadá) “oferecem mais de 50% dos programas envolvendo alunos no exterior”. Lamentavelmente, esse processo que beneficia somente esses países acaba por ser representado e aceito como uma necessidade global.

Porém, acreditamos que a internacionalização deva ser pautada em um conjunto de ações corroborativas, ao desenvolvimento de competências e habilidades interculturais no que diz respeito a

compreensão de mundo, de novos horizontes, de cultura, de etnias, de religião, de saberes outrora desconhecidos, sem a necessidade de sair do seu país para adquiri-los. Esta é uma visão que toma a universidade pelo seu todo, como ela de fato é: multicultural, característica esta que deve se tratada e reconhecida pela universidade na composição curricular, transpondo a valorização da multiculturalidade para estratégias de ensino, de aprendizagem e de avaliação pela Educação Intercultural, proposta esta que vem sendo difundida e apreciada por estudiosos aqui do Brasil, a exemplo Candau (2008, 2012); Pozzer & Cecchetti (2014); e Santiago, Akkari & Marques (2013), que encontraram em um país colonizado por europeus muitas razões para fazê-la.

Portanto, segundo Liu (2019) devemos discutir as políticas e o papel do inglês no ensino superior. E para isso se faz importante analisar cada contexto institucional, uma vez que cada um pode reagir de forma diferente à internacionalização e políticas linguísticas inter-relacionadas à LI.

À vista disso, no contexto educacional da TSU, as políticas linguísticas empregadas vão muito além da mobilidade acadêmica, pois as diversas práticas relacionadas à LI são orientadas por estratégias *bottom-up* (um modelo menos hierarquizado) e não *top-down* (apenas um cumpra-se). Além disso, a universidade está inserida no contexto euro-asiático, o qual faz parte do Tratado de Bolonha e no contexto europeu, segundo Dafouz, Hüttner e Smit (2016), tem havido uma inglesização (ou anglicização) do ensino universitário, devido ao crescente número de programas oferecidos em inglês, sugerindo empenho político das universidades em fazer parte do movimento de internacionalização.

Nesta perspectiva, Kazamias (2012, p. 519) afirma que os campi deixam de ser territórios socioculturais para “metamorfosar-se em locais de produção de conhecimento instrumental, tecnociência e aquisição de habilidades mercantilizáveis”. Na visão do autor grego, a missão das universidades fica reduzida da formação do *anthropos-politis* (pessoa-cidadã) para a construção do “trabalhador do conhecimento informado, eficiente e qualificado para os mercados econômicos mundiais competitivos”.

Assim, a LI atravessada pelas questões de internacionalização implica um olhar mais atento para identidades (RIVZI, 2000), subjetividades e territorialidades (BIZON, 2013) que estão sendo (des/re)construídas ou (re)definidas nesse processo, o que, por sua vez ajuda, a (re)definir as próprias políticas e práticas de internacionalização.

Compreendido o desenho da LI a partir dos interesses, marcos teóricos, contexto sociocultural, passemos a compreender como as universidades estão estruturando suas políticas institucionais para responder a esse fenômeno do uso da LI. Portanto, na sequência faremos uma análise comparativa das práticas e documentos institucionais de duas universidades pertencentes ao BRICS, a saber: a UNIJUI,

Brasil e a TSU, Rússia. A intenção é pontuar qual o sentido da LI inter-relacionada com a internacionalização que está presente em suas práticas e seus documentos, sobretudo, no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e no Plano Institucional de Internacionalização.

3.1 Institucionalização de Políticas de Internacionalização em Duas Universidades pertencentes ao Brics: Brasil e Rússia

É que ninguém caminha sem aprender a caminhar, sem aprender a fazer o caminho caminhando, sem aprender a refazer, sem retocar o sonho por causa do qual a gente se pôs a caminhar.

(FREIRE, 2008, p. 155)

O uso e aprendizagem da LI em seus distintos e complexos processos, representações nas etapas formativas, em especial, no ensino superior, torna-se um grande desafio institucional. Por um lado, as pressões para elevação da proficiência linguística para ascensão em rankings nacionais e internacionais como uma cobrança inerente ao contexto acadêmico-universitário, por outro, as universidades em sua grande maioria não entendem e não conseguem definir claramente suas políticas internas, suas políticas linguísticas, para atender as condições de um uso da LI consistente e comprometido com a missão institucional não apenas para atender a política de internacionalização. Assim mesmo, de acordo com Stallivieri (2017, p. 56), “é inquestionável a necessidade de internacionalização institucional”. Acrescentamos que, também é inquestionável um olhar para a IES ancorado em uma epistemologia do Sul Global, na qual os modelos e práticas não sejam apenas transpostos do Norte Global. Cabe, nesse momento, apontar que qualquer iniciativa relacionada à LI precisa definir as formas, os objetivos, o acompanhamento e a avaliação em consonância com o contexto glocal¹ para uma posterior política de internacionalização que preconize a abertura internacional da universidade. Assim, o sentido de internacionalização que mais se aproxima desta ancoragem teórica é o preconizado por Guimarães e Pereira (2021, p. 5614): “[...] de que ela se torna um elemento intimamente introjetado na tríade universitária

¹Kumaravadivelu (2006) defende que glocal seria o termo para se referir ao resultado da construção e reconstrução contínuas de conceitos que integram o local e o global. Trata-se, para ele, do local modificado para acomodar o global e o global modificado para acomodar o local.

e que, portanto, viabiliza impactos salutarés na instituição e na sociedade”. Além disso, ecoamos o que Silva e Xavier (2021, p. 5588) ressaltam:

a) internacionalização para o bem público, em uma perspectiva liberal de formação humana; b) internacionalização para a solidariedade global, voltada para ações contra a opressão e a marginalização das culturas e indivíduos que, de fato, possam mudar o status quo vigente; e, c) internacionalização decolonial, capaz de promover mudanças em políticas e práticas vindouras.

Por conseguinte, a importância de estudos voltados para a LI, como um fator sociocultural no qual a internacionalização é o *background* e não seu carro chefe, está em suscitar reflexões sobre as ideologias políticas, sociais e econômicas subjacentes à relação entre o Norte e o Sul Global, que muitas vezes resulta em desigualdades quando um polo é marginalizado ou excluído pelo outro (VAVRUS; PEKOL, 2015). Também, conforme Guimarães e Pereira:

A internacionalização da educação confere às línguas papel relevante, uma vez que práticas sociais são nutridas pela linguagem, na lógica multissemiótica e multimodal intrínseca das comunicações interacionais (linguísticas, midiáticas, visuais, audíveis, gestuais, espaciais etc.), especialmente na contemporaneidade. Apesar da estreita relação entre internacionalização e políticas linguísticas, é necessário promover a superação do processo de internacionalização da educação baseado em mitos e ações reducionistas que compreendem tão somente a participação em programas de mobilidade acadêmica, a realização de apresentações de trabalhos científicos em eventos internacionais, a escrita acadêmica etc. (GUIMARÃES; PEREIRA, 2021, p. 5614)

Neste sentido, argumentamos que um plano eficaz de inserção da LI torna-se indispensável à elaboração de um diagnóstico sobre o perfil e missão da instituição de acordo com seu contexto local, nacional e internacional. O diagnóstico deverá levar em conta o plano de desenvolvimento institucional (PDI), a localização geográfica, o nível de conhecimento em LI, qual área tem mais ou menos expertise para publicações internacionais, o engajamento em grupos de pesquisas e redes de cooperação com outras instituições nacionais e internacionais, a possibilidade e capacidade de implantar e implementar ações de mobilidade acadêmica discente e docente bem como ações de formação em LI e, por fim, a criação e manutenção de um ecossistema favorável ao desenvolvimento da LI em seu locus.

Este processo institucional não é um movimento fácil. É um processo complexo, fluido, com muitas barreiras a serem transpostas. Mesmo a LI tendo o status de língua mundial, língua franca, língua franca acadêmica, existem obstáculos globais e outros pontuais tais como: a) o (não) domínio da LI, b) o (não) reconhecimento social desta língua, c) reprodução de práticas e programas em seus documentos oficiais

baseados em países do Norte Global, d) escassez orçamentária das instituições, e) o não descolamento de culturas e pensamentos coloniais tanto de gestores quanto de professores e até mesmo dos alunos, entre outros. Esses são alguns pontos que retratam a complexidade, a subjetividade dos processos, os entraves a serem superados para que a LI seja um fator de inclusão em consonância com a missão das universidades.

Neste contexto, vamos situar duas universidades pertencentes ao BRICS em relação às representações, práticas e percepções sociais da LI. A UNIJUI abrange a região noroeste do RS e a TSU abrange Tomsk, região da Sibéria, na Rússia. O estudo se caracteriza por uma análise comparativa entre as duas universidades a partir dos seus documentos oficiais, a saber, o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), o Plano Institucional de Internacionalização e suas políticas linguísticas relacionadas à LI. A análise comparativa é permitida porque as Universidades possuem características semelhantes, como: são pertencentes aos países do BRICS. Elas possuem estruturas multi *campi*, possuem pelo menos 5 cursos semelhantes de graduação, ofertam programas de mestrado e doutorado, possuem assessoria de relações internacionais. A análise comparativa focou nos documentos e práticas relacionadas à LI imbricadas com a internacionalização da instituição, a fim de averiguar quais os discursos, vozes, silenciamentos que movem o delineamento de estratégias, metas, objetivos e competências a serem desenvolvidas de/pela/na LI nas duas instituições.

Em seu PDI a UNIJUI reafirma seus compromissos locais com vistas à formação profissional, humana e integral de sua comunidade acadêmica. Isso pode ser atestado em sua missão: “formar profissionais com excelência técnica e consciência social crítica, produzir e difundir conhecimentos, contribuindo para o desenvolvimento da região.” (PDI 2020-2024, p.15). Ainda, conforme o Plano de Desenvolvimento Institucional, a universidade tem como objetivo de política linguística:

transformar os campi em ecossistemas multilíngues, favorecendo a aprendizagem, o aumento na proficiência e o uso habitual de línguas estrangeiras, em especial inglês e espanhol, bem como o aprimoramento do uso acadêmico e profissional da língua portuguesa. (PDI, 2020-2024, p.35)

Conforme sua missão, a UNIJUI abarca sua política de internacionalização e da LI. No PDI, a UNIJUI expressa seu alinhamento com o que está expresso em documentos da OCDE, Unesco, CNPq e Capes, no que se refere à organização da estrutura para o uso e aprendizagem da LI em confluência com a internacionalização para atender aos desafios da globalização. Consta no PDI de 2015-2019 que:

A Unijui também mantém uma política de internacionalização incentivando ações para fortalecer o relacionamento com outras instituições de ensino no exterior, possibilitando ao estudante desenvolvimento científico e a troca de conhecimento através da mobilidade acadêmica. Ela acontece por meio de parcerias com instituições internacionais de todo o mundo. As possibilidades

de intercâmbio e de aprimoramento em língua inglesa são gerenciadas pelo Escritório de Relações Internacionais, ligado à Reitoria, que auxilia os estudantes interessados nessas experiências. [...] Um grande desafio para os próximos anos refere-se à internacionalização do fazer universitário. Atualmente, as principais iniciativas têm envolvido a mobilidade acadêmica, seja no encaminhamento, seja no recebimento de estudantes estrangeiros. A etapa que agora exige um fortalecimento institucional envolve o estabelecimento de parcerias com instituições internacionais a partir das linhas de pesquisa, majoritariamente dos programas *stricto sensu*, o que permite a densificação de resultados das pesquisas conjuntas e a elevação da mobilidade docente. (PDI 2015-2019, p.13-15)

Dessa forma, fica visível que a consolidação das ações do primeiro PDI surge potencializadas no PDI seguinte. Ainda, em 2018, a UNIJUI aprovou seu plano de internacionalização onde afirma que:

A Unijui passa a assumir a internacionalização como um “processo de transformação institucional integral, que visa incorporar a dimensão internacional e intercultural na missão e nas funções substantivas das instituições de ensino superior, de tal forma que sejam inseparáveis de sua identidade e cultura”. Isso significa que o movimento de internacionalização deve estar integrado e alinhado ao Plano de Desenvolvimento Institucional de forma articulada, transformadora e intercultural. (PLANO DE INTERNACIONALIZAÇÃO, 2018, p. 2).

Mais especificamente, sobre a LI o documento declara que:

O fomento à língua inglesa, idioma com maior potencial de comunicação em diferentes países e o mais utilizado no campo da produção acadêmica, particularmente periódico e livros, na Internet, negócios, estudos e viagens, se constitui em outra estratégia adotada pela Universidade, visando à internacionalização, revelando-se este um dos maiores desafios a ser vencido. Nesse sentido, duas iniciativas são instituídas para possibilitar o aprendizado da língua inglesa: o subsídio integral para a realização de curso de Inglês no campus para bolsistas de iniciação científica, tecnológica, de docência e de extensão; e a abertura de cursos de Inglês, sem fins lucrativos, para professores e demais estudantes e técnicos-administrativos interessados no aprimoramento pessoal e acadêmico. (PLANO DE INTERNACIONALIZAÇÃO, 2018, p. 4).

Somadas a essas diretrizes citadas, encontramos conceitos-chave presentes nas outras diretrizes, a saber: a internacionalização associada à pesquisa, extensão e ensino; internacionalização como produtora de conhecimentos para sustentabilidade, integração global, multiculturalismo, mobilidade internacional de professores e alunos, redes internacionais de pesquisa, formação continuada de professores e alunos e a ligação com a pós-graduação. O PDI 2015-2019 já sinalizava que:

Um grande desafio para os próximos anos refere-se à internacionalização do fazer universitário. Atualmente, as principais iniciativas têm envolvido a mobilidade acadêmica, seja no encaminhamento, seja no recebimento de estudantes estrangeiros. A etapa que agora exige um fortalecimento institucional envolve o estabelecimento de parcerias com instituições internacionais a partir das linhas de pesquisa, majoritariamente dos programas *stricto sensu*, o que permite a densificação de resultados das pesquisas conjuntas e a elevação da mobilidade docente. (PDI, 2015, p.12).

Neste sentido, é fundamental destacar que várias ações são realizadas, como, por exemplo, o oferecimento de cursos de LI; a formalização de uma estrutura física com capital humano preparado para atender as dinâmicas da internacionalização no Escritório de Relações Internacionais (ERI); acordos bilaterais com universidades do Sul e do Norte Global; instrução e envio de professores e alunos à participação de intercâmbios, pesquisas e congressos; apoio à formação de professores e incentivo para a formação de redes de pesquisa; e o acolhimento de alunos, professores e pesquisadores que realizam intercâmbio cultural, acadêmico, tecnológico e científico, conforme alguns dados da Tabela 1.

Tabela 1: Alunos da graduação que fizeram intercâmbio.

2014			2015			2016		
Convênios bilaterais			Convênios bilaterais			Convênios bilaterais		
País	Período	Qtd. Alunos	País	Período	Qtd. Alunos	País	Período	Qtd. Alunos
Portugal	6 meses	7	Espanha	6 meses	2	Austrália	10 meses	1
Polônia	6 meses	2	Polônia	12 meses	3	Egito	3 meses	1
Ciência Sem Fronteira			Portugal	6 meses	3	Polônia	6 meses	4
Alemanha	16 meses	1	Portugal	12 meses	2	Portugal	6 meses	6
Austrália	14 meses	1	Unibras I - Capes/Daad					
Espanha	12 meses	1	Alemanha	12 meses	2			
EUA	18 meses	1	Programa					
EUA	17 meses	1	Portugal	6 meses	1			
EUA	12 meses	2						
Hungria	12 meses	1						
Total		17	Total		13	Total		12

Fonte: Elaborada pelos autores com base nos relatórios do Escritório de Relações Internacionais da UNIJUI. (ERI, 2020)

Destarte, cabe pontuar que embora não exista uma política nacional de idiomas para o ensino superior no Brasil, na última década essa situação mudou devido a iniciativas financiadas pelo governo nacional, como o Ciências sem Fronteiras. Finardi e Archanjo (2018) afirmam que este programa foi o investimento mais caro e único já feito no Brasil para mobilidade internacional no ensino superior. Dessa forma, o programa em nível de graduação foi o responsável por expor a falta de proficiência em LI na UNIJUI e na maioria das universidades brasileiras, uma vez que a maior parte dos candidatos optou por Portugal e Espanha, devido às línguas faladas nesses países, situação confirmada nos dados da Tabela 1. Porém, nos últimos três anos o programa Ciência sem Fronteiras foi cancelado e ficou marcado por muitos apagamentos de políticas linguísticas e de retrocessos na atenção às línguas e à internacionalização. Além disso, a partir desse programa, as mobilidades e interações por ele propostas permitiu pôr em contraste uma língua ensinada em sala de aula no Brasil diferente da língua constitutiva da vida acadêmica no exterior. Cabe salientar que, mesmo o foco do artigo sendo a LI, mas como a discussão entra em política linguística e internacionalização, o lugar e a promoção das outras línguas também se fez extremamente relevantes, sendo a sua ausência um dado para também relacionarmos às questões coloniais.

Entretanto, acreditamos que a UNIJUI está no caminho do que Freire (1992) denominou chamar de “inédito-viável”, como explicado por Antunes e Gadotti:

O “inédito-viável”, um dos conceitos mais importantes de Paulo Freire, significa a nova possibilidade de soluções para certos problemas que se revelam para além das “situações-limite”. É uma nova realidade que ainda não está dada, não se configura como hegemônica, mas as condições para que ela venha a se concretizar já se mostram visíveis. O “inédito viável” é o dever, o futuro a construir, a futuridade a ser criada, o projeto a realizar. É a possibilidade ainda inédita da ação. É a nova realidade a ser construída a partir da superação da situação-limite. Esta só será transformada com a nossa práxis. O “inédito viável explicita o realismo da utopia freiriana, pois ele é o motor da ação humana para a construção da sociedade sonhada. (ANTUNES; GADOTTI, 2002, p. 26).

Como análise é importante destacar que a UNIJUI formaliza suas políticas linguísticas relacionadas à LI e a internacionalização de acordo com o discurso referente à globalização que traz em seu núcleo os princípios da inovação e da tecnologia. Entretanto, apesar da estreita relação entre internacionalização e políticas linguísticas, é necessário promover a superação das barreiras atribuídas à LI e do processo de internacionalização da educação baseado em mitos e ações reducionistas que compreendem tão somente a participação em programas de mobilidade acadêmica internacionais. Por fim, a UNIJUI organiza o sentido do uso da LI atravessada com a internacionalização, tomando como base os

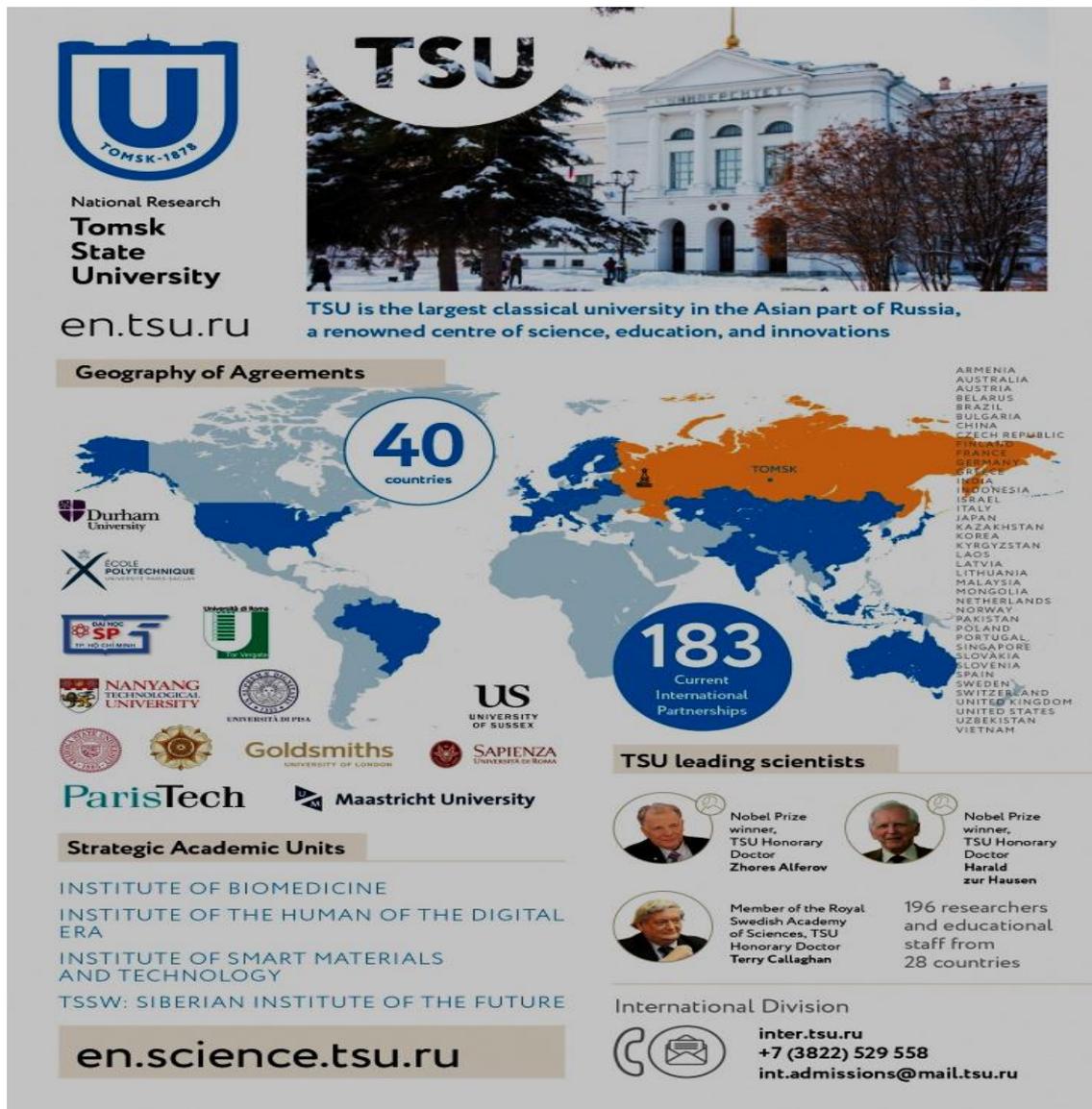
preceitos dos organismos internacionais que tratam do tema e dos documentos oficiais que regulam e formalizam o processo institucional da internacionalização. Infelizmente, ainda todos regidos por padrões do Norte Global como os de tantas outras universidades.

Esses elementos inerentes à LI e à internacionalização podem também ser verificados na TSU. A TSU, conforme história contida em seu site institucional, foi criada em 28 de maio de 1878, quando o imperador Alexandre II aprovou a decisão do Conselho de Estado do Império Russo sobre o estabelecimento da Universidade Imperial em Tomsk, na Sibéria. Este dia encerrou a luta épica de 75 anos pela fundação de uma universidade em Tomsk e deu início à história da construção, abertura e desenvolvimento da Universidade Estadual de Tomsk - a nona na Rússia e a primeira instituição de ensino superior na Sibéria. A universidade teve uma influência decisiva na formação da ciência, educação e cultura na parte asiática da Rússia e é considerada uma das principais universidades do país.

A TSU tem como missão preservar e valorizar os valores espirituais da humanidade na produção e disseminação de conhecimento e informação progressistas e na formação avançada de líderes intelectuais da sociedade com base na integração dos processos educacionais com pesquisa científica fundamental e abordagens inovadoras.

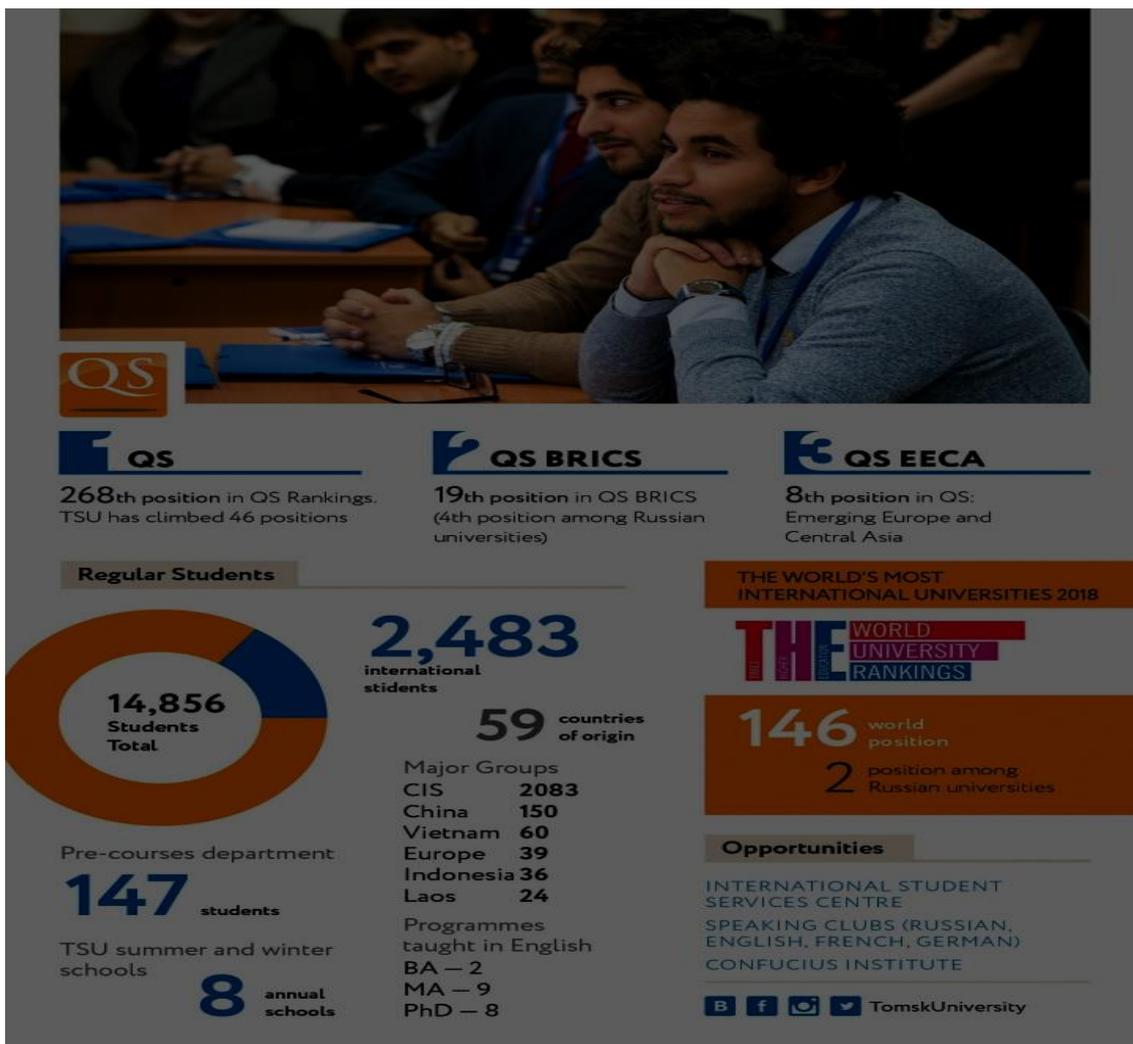
De forma singular, a internacionalização da TSU tem sido promovida desde sua fundação, mas as políticas linguísticas relacionadas à LI tomaram forma a partir de 2010 (Fig. 1 e 2).

Figura 1: Geografia dos acordos internacionais.



Fonte: Site da Tomsk State University. Disponível em: <http://en.tsu.ru/about/Infographics.php>.

Figura 2: Tomsk State University em números .



Fonte: Site da Tomsk State University. Disponível em: <http://en.tsu.ru/about/Infographics.php>.

Porém, apesar dos números altos de estudantes internacionais na TSU, acompanhamos a ideia de Knight (2011), a qual indica que os mitos são suposições implícitas (geralmente falsas) sobre a internacionalização, que incluem (mas não se limitam a) estudantes estrangeiros como agentes de internacionalização; reputação internacional como proxy de qualidade; acordos institucionais internacionais. Ainda, De Wit (2011) afirma que os equívocos sobre internacionalização incluem (mas não se limitam a) educação na língua inglesa; estudando ou morando no exterior; ter muitos alunos internacionais; quanto mais parcerias, mais internacional.

Isto posto, a posição da TSU visivelmente está relacionada à ideia de sutura, isto é, algo que vem sendo alinhavado pelas ações/práticas e pelos desejos de quem se propõe ao processo de transformação por meio da LI e da internacionalização do Ensino Superior (e também por quem é conduzido a ela).

Cabe ressaltar que, conforme informações do site da Aliança Russa de Ensino Superior (2016), o Tratado de Bolonha vem influenciando as práticas e políticas linguísticas na maioria das universidades europeias e boa parte das IES russas. As instituições vêm realizando mudanças em seus currículos para se adequarem ao novo modelo, que facilita o regime de equivalências e permite a mobilidade de créditos e pessoas.

Logo, a TSU ganhou o prêmio de Internacionalização do Ensino Superior, nomeação da Internacionalização de Programas Acadêmicos. Também, a TSU ingressou no consórcio de universidades exportadoras do projeto prioritário *Export of Education* pelo Ministério da Educação e Ciência da Federação Russa. A TSU estabeleceu parcerias de longo prazo com mais de 90 importantes universidades e centros de pesquisa internacionais de mais de 50 países. Igualmente, desde 2006, a TSU é membro da *European University Association*. Em 2015, devido a muita atividade internacional, a universidade recrutou estudantes de 37 países e concluiu acordos de colaboração com 22 universidades em todo o mundo. No mesmo ano, começou a implementar vários projetos no âmbito do ERASMUS+ com a Universidade de *Lund*, a Universidade de *Goldsmiths*, a Universidade de *Tampere*, a Universidade de *Turku* e a *Université Lille 1 - Science and Technologies*. Em 2017, a Universidade lançou 13 novos programas de bacharelado e mestrado em inglês.

As políticas linguísticas na TSU foram implementadas no decorrer dos últimos 10 anos, conseqüentemente, teve um processo de crescimento e melhoria de suas iniciativas de ensino e nos *rankings* universitários, pois está em 19º lugar entre as 400 universidades participantes do BRICS. Conseqüentemente, tornou-se uma das principais universidades do país, cujos programas para aumentar a competitividade e o potencial internacional receberam a mais alta classificação do conselho, para aumentar a competitividade das principais universidades da Federação Russa entre os mais destacados centros científicos e educacionais do mundo. Como resultado de sua expansão, em 2018, a universidade contava com 15.951 estudantes, tendo uma média de 2.619 estrangeiros, ou seja, em torno de 17,1%. Os dados contidos na Tabela 2 revelam uma tendência positiva em relação ao êxito das políticas de internacionalização implementadas desde 2008 pela TSU.

Tabela 2: Estudantes internacionais na TSU.

Dados TSU	Anos										
	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018

Quantidade de estudantes estrangeiros no número total de estudantes.	948	818	783	927	1094	-	1224	1653	1784	2294	2619
Percentual de estudantes estrangeiros no número total de estudantes.	4,1%	3,6%	3,8%	4,9%	6,1%	-	8,5%	10,7%	12%	14,4%	17,1%

Fonte: adaptado de Tomsk State University News (2018).

Além disto, dentre ações inerentes às políticas linguísticas, a TSU, além de implantar as políticas linguísticas nacionais, tem um *International Academic Advisory Board*, que é um órgão consultivo responsável por dar recomendações sobre questões relacionadas à internacionalização da universidade nas áreas de educação, ciência e inovação. Deve-se enfatizar que há a política linguística, já normatizada pela TSU, que contempla o aprendizado compulsório da LI nos dois primeiros semestres de qualquer curso superior, a qual foi implementada em 2007. No que tange às políticas linguísticas da instituição ainda podemos citar algumas práticas já implantadas na instituição (FACULDADE DE LÍNGUAS ESTRANGEIRAS, 2018; INNOMAP, 2018; INTERNATIONAL DIVISION TOMSK STATE UNIVERSITY, 2018).

Na TSU, o uso e aprendizagem da LI tem um papel de destaque dentro desse contexto universitário, pois a TSU considera a LI não em termos de um sistema de linguagem, mas em termos das posições sociais, culturais e ideológicas, nas quais a comunidade acadêmica usa essa linguagem porque a relação entre indivíduo, linguagem e sociedade é inseparável. Isto pode ser constatado através dos resultados em rankings internacionais mas também nas políticas linguísticas já implantadas onde a LI parece ser uma língua “naturalizada” no contexto universitário. Conseqüentemente, emergem como um *background* propulsor, motivador e desafiador as confluências do processo de internacionalização nas (in)complexidades dos indivíduos ali inseridos.

Entretanto, cabe pontuar que as duas universidades dependem de agências de fomento que nem sempre garantem periodicidade e valores compatíveis. Entretanto, na UNIJUÍ há a dificuldade de atração de professores, pesquisadores e alunos internacionais em virtude da localização geográfica. Do mesmo modo, esta e outras universidades do Sul Global sentem dificuldades de acessar o espaço do produtivismo-

competitivo na pesquisa, em especial a UNIJUÍ, por se fazer no interior do Brasil, o que torna difícil a manutenção em seus quadros de grandes pesquisadores. Toda esta situação ainda é influenciada pelo dramático corte de bolsas, financiamento de ações e até do próprio Ciências sem Fronteiras maximizando a exclusão social desta e de todas as IES brasileiras. Na luta contra essas “fronteiras” devemos adotar o termo língua em combate aos limites de uma nação e promover o diálogo intercultural. Isso vem ao encontro do que Freire (2003, p.31) afirmou sobre diversidade: “a) Às diferenças interculturais existem e apresentam cortes: de classe, de raça, de gênero, e, como alongamento destes, de nações. b) Essas diferenças geram ideologias, de um lado discriminatórias, de outro, de resistência.” Dessa forma, fica evidente que não é a cultura discriminada do Sul Global a que irá gerar uma ideologia discriminatória, mas sim de cultura hegemônica. Freire (2005) ainda complementa que não é possível pensar a linguagem sem compreender o mundo social em que estamos inseridos, sem pensar no poder e sem pensar a ideologia.

Neste sentido, corroboramos a ideia de Trevisol e Fávero de que:

[...] existem certos obstáculos que são comuns a outras universidades, como se constata na pesquisa Internacionalização da educação superior na América Latina: um balanço (2018), produzida pelos pesquisadores Gacel-Ávila e Rodriguez-Rodriguez. Entre essas dificuldades, podemos destacar: a) dificuldades de formação de alunos e professores em língua estrangeira (a grande maioria não domina o inglês); b) dificuldades de definir e assegurar recursos financeiros. (TREVISOL; FÁVERO, 2019, p. 19)

Certamente a compreensão ou domínio da LI a partir de práticas sociais que visam garantir um ambiente sociocultural que estimule o seu uso e o aprendizado é questão complexa. A difusão e o ensino da LI aparecem inseridos no amplo planejamento das políticas públicas e linguísticas dos mais diferentes países.

Para encerrar esta análise, reforçamos a ideia de Paulo Freire, o qual pontua:

Não há prática social mais política que a prática educativa. Com efeito, a educação pode ocultar a realidade da dominação e da alienação ou pode, pelo contrário, denunciá-las, anunciar outros caminhos, convertendo-se assim numa ferramenta emancipatória. O oposto da intervenção é a adaptação, é acomodar-se, ou simplesmente adaptar-se a uma realidade sem questioná-la. (FREIRE, 2004, p. 34)

Enfim, a TSU e a UNIJUI têm práticas sociais relacionadas à LI que podem ser consideradas como de dominação ou alienação. As práticas de dominação estão relacionadas a obrigatoriedade da produção acadêmica para publicação em LI, a majoritária oferta de cursos em inglês tanto em nível de graduação quanto de pós-graduação. Indubitavelmente ambas tentam anunciar outros caminhos e usar a LI como uma ferramenta emancipatória quando proporcionam a oferta de outras iniciativas de ensino-aprendizagem da

língua para além do currículo formal de acordo com suas necessidades locais bem como a oferta de cursos em outras línguas.

Em suma, acreditamos que tais práticas vão ao encontro do que Libâneo (2016) aponta e deve(ria) ser seguido, ou seja, a diversidade cultural que tem na universidade é relativa às diferenças individuais e é por esta diversidade que a infusão de perspectivas multiculturais ao currículo deve ser fomentada, com o firme propósito de internacionalizar a todos, de incluir e valorizar o que é diverso culturalmente, em língua e em epistemologia.

Conclusão

As políticas linguísticas de ensino e aprendizagem da LI atravessadas pelas demandas da internacionalização nas instituições requerem comprometimento e planejamento quanto à execução das metas e objetivos traçados considerando o seu contexto global. Como pontuam Trevisol e Fávero:

a implantação da internacionalização obedece seis fases, a saber, primeira fase caracteriza-se pela consciência das razões, das necessidades e dos benefícios que a internacionalização pode trazer para toda a comunidade acadêmica; a segunda é o engajamento, isto é, considera que a internacionalização deve fazer parte da cultura da instituição com a participação de todos os níveis no processo; a terceira caracteriza-se pelo planejamento que considera as necessidades, sinaliza recursos disponíveis, identifica os objetivos, define prioridades e estabelece as estratégias que serão utilizadas para a internacionalização; a quarta fase, caracteriza-se pela operacionalização; na quinta fase, refere-se ao processo avaliativo de análise e revisão das práticas de internacionalização e por fim, a sexta fase é o feedback dos atores que participam do processo de internacionalização. (TREVISOL; FÁVERO, 2019, p. 18)

As seis fases apontadas são visíveis nos documentos das duas Universidades. Tanto a UNIJUI quanto a TSU registram em seus documentos que a LI e a internacionalização são parte indissociável da pesquisa, ensino e extensão, em especial, nos últimos 10 anos. Essa condição garante que aos poucos a LI ganhe relevância e faça parte naturalmente da cultura acadêmica mais visível na TSU por esta comunidade fazer parte do contexto euro-asiático pois a internacionalização é um processo que se desenvolve há muitos anos no contexto europeu.

Porém, mesmo que a internacionalização seja um tema presente nos planos estratégicos das IES, declarações internacionais e artigos acadêmicos - tudo o que indica a centralidade deste tema na área do ensino superior, há significativas disparidades em suas representações e práticas relacionadas a LI devido

a vários fatores mas o principal é o caráter colonial no Brasil. Ambas universidades reconhecem a importância da LI, se esforçam para potencializar, ajustar e delinear legalmente, por intermédio dos seus PDIs e políticas de internacionalização bem como suas práticas relacionadas ao uso e aprendizagem da LI.

Contudo, promover a internacionalização do Ensino Superior pode envolver as instituições por diferentes perspectivas, porém, ao relacioná-la ao uso do Inglês, há um envolvimento linguístico direto de toda comunidade acadêmica, ou seja, de diversos e complexos agentes sociais

Portanto, a conclusão é que para povos do sul global, como nós, os brasileiros, que têm o inglês não como língua oficial, o sucesso acadêmico pode ser restringido em função das habilidades no idioma, mesmo quando o indivíduo preenche o requisito mínimo de proficiência exigido pelo governo ou pelas instituições de ensino.

Ainda existem limitações significativas à efetiva implantação e gestão da LI justaposta com a internacionalização, porém o processo não é mais incipiente e o país tem avançado. Considerando as questões que nortearam a pesquisa é possível afirmar que o processo de internacionalização da educação superior está na agenda dos dirigentes das IES brasileiras, tanto públicas quanto particulares, assim como na TSU. Segundo Gacel-Ávila e Rodriguez-Rodriguez:

declarar a internacionalização como prioridade institucional requer colocar em prática uma série de ajustes e reformas para as práticas institucionais, tais como a integração da dimensão internacional com os sistemas de planejamento, execução e desenvolvimento, elaboração de planos operacionais de internacionalização ligados às prioridades institucionais, identificação dos recursos financeiros e humanos necessários para assegurar a viabilidade e estabelecer critérios e procedimentos de avaliação quanto às políticas de internacionalização. (GACEL-ÁVILA; RODRIGUEZ-RODRIGUEZ, 2018, p. 125)

Tanto na UNIJUI quanto na TSU são pontuados nos PDIs e nos documentos que tratam sobre a LI e internacionalização pontos positivos, mas a questão geopolítica delinea muito das diferenças existentes na América Latina em relação ao continente euro-asiático. Obviamente existem certos obstáculos que são comuns a estas e a outras universidades, mas infelizmente o que se percebe é que as universidades pertencentes ao sul global sofrem com questões da não ruptura do pensamento colonial, ou seja, a praxeologia decolonial da LI no ES ainda está longe de ser alcançada. Portanto, suas práticas socioculturais relacionadas à Língua Inglesa no Ensino Superior brasileiras são vistas como fatores excludentes enquanto nas do continente euro-asiático são inclusivas.

Portanto, é possível apontar que as políticas linguísticas de LI e de internacionalização adotadas por essas universidades são recentes no que se refere à formalização institucional por meio de documentos

legais; e que as orientações presentes nos documentos seguem as normas legais dadas pelos organismos educacionais (MEC, CNPq, Capes, Tratado de Bolonha) e mantêm uma ordem de agenda global de discurso sobre a LI como um aspecto da sociedade globalizada para a competitividade, o produtivismo e a inovação tecnológica. Porém, mesmo em fase inicial as diferenças são acentuadas.

Destarte, é importante destacar que em ambas as universidades há o entendimento de que a LI representa um meio de fortalecimento da pesquisa, do ensino e da extensão, que ocorrem por meio de redes de cooperação entre instituições, professores, pesquisadores e alunos em maior ou menor grau. Por fim, ambas as universidades contam com departamentos para assuntos vinculados, mas na TSU, além do Escritório de Relações Internacionais, há, pelo menos, mais 10 departamentos ligados a assuntos de LI e de internacionalização: Divisão internacional; Centro de redação acadêmica; Centro de suporte linguístico; Adaptação social e linguística; Escolas de verão e de inverno para estudantes internacionais; Suporte para visto; Centro para o sucesso acadêmico; Centro de acreditação pública, profissional e internacional de programas educacionais; Centro internacional de olimpíadas; Centro de programas educacionais internacionais conjuntos; entre outras várias ações executadas pela Faculdade de Línguas Estrangeiras.

À vista disso, as duas universidades assumem o uso e aprendizagem da LI com as demandas da internacionalização como uma das metas a serem atingidas nos seus PDIs. Nesse sentido, a LI é tratada como forma potencial de assegurar a concretização da missão dessas universidades. Como ambas as universidades – UNIJUI e TSU – são comunitárias, assumem um compromisso com sua região de atuação, sobretudo, na geração de conhecimento que melhore o bem-estar social da população ao seu entorno. Então, as políticas linguísticas da LI planejadas por essas universidades estão em conformidade com a missão de IES, embora não seja evidenciada de forma clara em seus documentos a relação entre a LI e a internacionalização nas suas missões universitárias. Por fim, cabe salientar que a TSU possui uma tradição histórica, o que permite ter consolidado suas políticas de internacionalização e de LI, além de fazer parte do Tratado de Bolonha e estar situada em um país que faz fronteira com 17 países. Seus números são admiráveis e seu planejamento, metas e diretrizes contidos em seu PDI e em relatórios apontam à solidificação, naturalização da LI e da internacionalização desde 2010. Já a UNIJUI vem se esforçando, sobretudo, a partir de 2015 para consolidar as políticas linguísticas da LI e de internacionalização como um valor inerente à atividade do ensino superior no seu contexto global. Seus números são tímidos e seu planejamento, metas e diretrizes contidos em seu PDI apontam à solidificação da LI e da internacionalização nos próximos anos a passos lentos.

Cabe ressaltar que o estudo realizado apresenta limitações importantes pois é apenas um recorte de um corpus no qual a TSU é uma IES tradicional e centenária com quase 10 mil alunos inserida no continente euro-asiático enquanto a UNIJUI é uma IES com apenas 60 anos de existência, instituição

comunitária, de caráter regional, localizada na região Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Brasil, inserida no continente latino-americano com cerca de 5000 alunos.

Então, consideramos as perspectivas de estudos do Sul Global relevantes, no sentido de problematizar a lógica embutida nas relações de/com/para a LI em conformidade com a cooperação não elitista, deslocando o pensamento para outras possibilidades de seu uso e aprendizagem interagindo com a internacionalização da educação pública brasileira, idealizando alternativas e perspectivas desvinculadas da perspectiva colonial e passiva pautada por uma orientação mercadológica de educação. Felizmente, a TSU tem sua trajetória mais consolidada pois a educação do ensino superior no Brasil tem menos tempo de oferta universitária. Ademais, esta instituição além de contar com toda uma equipe de apoio relacionados a LI e internacionalização compartilha de políticas e ações de países do Norte Global.

Em suma, nosso trabalho de análise comparativa teve o intuito de pontuar as diferenças e semelhanças entre as duas IES. Porém, cabe salientar que em nenhum momento tentamos classificá-las no paradigma dicotômico melhor ou pior, mas sim historicizar e compartilhar diferentes cenários onde a LI é um fator sociocultural e não apenas uma questão de aptidão, respeitando as diferenças e possibilitando novos diálogos bem como a visibilidade das realidades destas instituições do Sul Global que lutam para trilhar caminhos exitosos na formação de seres humanos não apenas para o mercado de trabalho mas para o mundo do trabalho e suas infinitas possibilidades. No entanto, devemos considerar o que Freire aponta em "Pedagogia da Autonomia" (1996): "ensinar exige consciência do inacabamento", como um dos saberes necessários à prática educativa, em outras palavras, sempre haverá diferenças, mas também possibilidades de a LI ser um fator sociocultural que dá abertura a um mundo de explicações, de respostas e de múltiplas perguntas. Resumindo, as representações, práticas e percepções da LI no ES devem levar em consideração o papel do outro para ouvi-lo e não silenciá-lo. Esse outro deve fazer parte para ter uma verdadeira criação e execução de políticas linguísticas e de internacionalização devidamente glocalizadas.

CRedit
Reconhecimentos: Não é aplicável.
Financiamento: ...
Conflitos de interesse: Os autores certificam que não têm interesse comercial ou associativo que represente um conflito de interesses em relação ao manuscrito.
Aprovação ética: ...
Contribuições dos autores: Conceitualização, Curadoria de dados, Análise formal, Aquisição de financiamento, Investigação, Metodologia, Administração do projeto, Recursos, Supervisão, Validação, Visualização, Escrita - rascunho original, Escrita - revisão e edição: ROSA, Tamara Angélica Brudna Da. Conceitualização, Aquisição de financiamento, Administração do projeto, Recursos, Supervisão, Validação, Escrita - rascunho original, Escrita - revisão e edição: ARAÚJO, Maria Cristina Pansera De. Conceitualização, Aquisição de financiamento, Investigação, Metodologia, Supervisão, Visualização, Escrita - rascunho original, Escrita - revisão e edição: SILVA, Kléber Aparecido da. Administração do projeto, Recursos, Visualização, Escrita - rascunho original, Escrita - revisão e edição: SOUZA, Vilton Soares De.

Referências

- ALIANÇA RUSSA. *Descubra quantas pessoas falam inglês na Rússia. Tratado de Bolonha*. Disponível em: http://www.aliancarussa.com.br/site/com_conteudos.aspx?id=185&itemID=164. Acesso em: 15/07/ 2019
- ANTUNES, A; GADOTTI, M. *Leitura do mundo no contexto da planetarização: por uma pedagogia da sustentabilidade*. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002. Série Teses.
- AUGÉ, M. *Não Lugares*. 9 ed. Campinas: Papirus, 2012. 112 pp.
- BAKHTIN, M. M. *Os Gêneros do Discurso*. São Paulo: Editora 34, 2016.
- BIZON, A. C. C. *Narrando o exame CELPE-BRAS e o convênio PEC-G: a construção de territorialidades em tempos de internacionalização*. 2013. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada) - Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2013.
- BRANDENBURG, U.; DE WIT, H. The end of internationalization. *International Higher Education*, v. 62, p. 15-17, 2011
- BURDICK, J. et al (eds.). *Problematizing public pedagogy*. New York: Routledge, 2014.
- BORGES, R. A.; GARCIA-FILICE, R. C. A língua inglesa no Programa Ciência sem Fronteiras: paradoxos na política de internacionalização. *Interfaces Brasil/Canadá*, Canoas, v. 16, n. 1, p. 72–101, 2016.
- CANDAU, V. M. (Org). *Didática Crítica Intercultural: aproximações*. Petrópolis: Editora Vozes, 2012.
- _____. *Direito humanos, educação e interculturalidade: as tensões entre igualdade e diferença*. *Revista Brasileira de Educação*, v. 13, n. 37, jan/abr., 2008.
- CAVALLARI, J. S. Alastair Pennycook [perfil biobibliográfico]. *Entremeios - Revista de Estudos do Discurso*, vol. 12, p. 163-168, 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.20337/ISSN21793514revistaENTREMEIOSvol12pagina163a168>. Acesso em: 14/06/2021.
- CECCHETTI, E.; POZZER, A. *Educação e Interculturalidade: conhecimentos, saberes e práticas descoloniais*. Elcio Cecchetti, Adcir Pozer (orgs). Blumenau: Edifurb, 2014.
- DAFOUZ, E.; SMIT, U. Towards a dynamic conceptual framework for English-Medium education in multilingual university settings. *Applied Linguistics*, v. 37, n. 3, p. 397-415, 2016.
- DE WIT, H. Internationalization of Higher Education: Nine misconceptions. *International Higher Education*, v. 64, p. 6-7, 2011.
- ESCRITÓRIO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS. ERI. Fundação De Integração, Desenvolvimento E Educação Do Noroeste Do Estado Do Rio Grande Do Sul. Ijuí: FIDENE/UNIJUÍ, 2020.
- LIMA, M. C.; CONTEL, F. B. Características atuais das políticas de internacionalização das instituições de educação superior no Brasil. *Revista e-Curriculum*, São Paulo, v. 3, n. 2, 2008. Disponível em: <http://www.pucsp.br/ecurriculum>. Acesso em: 15/01/2021.
- FACULDADE DE LÍNGUAS ESTRANGEIRAS. 2018. Disponível em: <http://flf.tsu.ru/>. Acesso em: 30 novembro de 2019.
- FINARDI, K.; ARCHANJO, R. Washback effects of the science without borders, english without borders and language without borders programs in brazilian language policies and rights. In: SIINER, M; HULT, F;

- KUPISCH, T. (orgs.). *Language policy and language acquisition planning*, Cham: Springer, 2018. p.173-185. Doi: 10.1007/978-3-319-75963-0_10
- FREIRE, P. *Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido*. Notas: Ana Maria Araújo Freire. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- _____. *A importância do ato de ler: em três artigos que se completam*. 44ªed. São Paulo: Cortez, 2003.
- _____. *Pedagogia do compromisso: América Latina e educação popular*. Indaiatuba, SP: Villa das Letras, 2008.
- FUNDAÇÃO DE INTEGRAÇÃO, DESENVOLVIMENTO E EDUCAÇÃO DO NOROESTE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. *Plano de Desenvolvimento Institucional da UNIJUÍ – PDI 2015-2019*. Ijuí: FIDENE/UNIJUÍ, 2014. (Coleção Cadernos da Gestão Universitária, 52).
- _____. *Plano de Desenvolvimento Institucional da UNIJUÍ – PDI 2020-2024*. Ijuí: FIDENE/UNIJUÍ, 2020. Ijuí: Ed. Unijuí, 152 p, 2019.
- GACEL-ÁVILA, Jocelyne; RODRIGUEZ-RODRIGUES, Scilia. *Internacionalización de la educación superior en América Latina y el Caribe: un balance*. México: Unesco-lesalc, 2018.
- GIMENEZ, T. *Narrativa 14: permanências e rupturas no ensino de inglês em contexto brasileiro*. In: LIMA, Diógenes Cândido de. *Inglês em escolas públicas não funciona? Uma questão, múltiplos olhares*. São Paulo: Parábola Editorial, p. 47-65, 2011.
- GUIMARÃES, R.M.; PEREIRA, L.S.M. *Mapeamento dos estudos sobre políticas linguísticas no Brasil: uma selfie*. *Fórum Linguístico*, v. 18, n. 1, p. 5596- 5617, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.5007/1984-8412.2021.e79619>. Acesso em: 15/06/2021.
- HUGHES, R. *Internationalisation of higher education and language policy: questions of quality and equity*. *Higher Education Management and Policy*, v.20, n.1, p.111-128, 2008.
- INNOMAP. *Mapa do ambiente de iniciativa da TSU*. 2018. Disponível em: <http://innomap.tsu.ru/>. Acesso em: 20 de dezembro de 2019.
- INTERNATIONAL DIVISION TOMSK STATE UNIVERSITY. *Divisão internacional da TSU*. 2018. Retrieved from <http://inter.tsu.ru/>. Acesso em: 15 de janeiro de 2020.
- JORDÃO, C. M. ILA - ILF - ILE - ILG: Quem dá conta? *Revista Brasileira de Linguística Aplicada*. Belo Horizonte, v.14, n.1, p.13-40, 2014.
- KAZAMIAS, A. M. *Agamenon contra Prometeu: globalização, sociedades do conhecimento/da aprendizagem e Paideia da nova cosmópole*. In: COWEN, R.; KAZAMIAS, A. M.; UNTERHALTER, E. (Org.). *Educação comparada: panorama internacional e perspectivas*. Brasília: Unesco; Capes, v. 2, 2012, p. 517-554.
- KEHM, B. *To be or not to be? The impact of the excellence initiative on the german system of higher education*. In: SHIN, Jung; KEHM, Barbara (Org). *Institutionalization of world class university in global competition* Londres: Springer, 2013.
- KNIGHT, J. *Five myths about internationalization*. *International Higher Education* nº 62, pp. 14-15, 2011.
- KUMARAVADIVELU, B. *A linguística aplicada na era da globalização*. In: MOITA LOPES, L. P. (org.). *Por uma linguística aplicada INdisciplinar*. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.
- LIMA, M. C.; CONTEL, F. B. *Características atuais das políticas de internacionalização das instituições de educação superior no Brasil*. *Revista e-Curriculum*, São Paulo, v. 3, n. 2, 2008.

O QUE É O BRICS. *BRICS BRASIL 2019*, 2019. Disponível em: <http://brics2019.itamaraty.gov.br/sobre-o-brics/o-que-e-o-brics>. Acesso em: 06/04/2021.

PENNYCOOK, A. Uma Linguística Aplicada Transgressiva. Tradução de Luiz Paulo da Moita Lopes. Em: MOITA LOPES, L. P. (Org.). *Por uma Linguística Aplicada Indisciplinar*. São Paulo: Parábola Editorial, 2006. pp. 67 – 84

PENNYCOOK, A.; MAKONI, S. *Innovations and Challenges in Applied Linguistics from the Global South*. New York: Routledge, 2020.

PEREIRA, T.; SOUZA, M. Política linguística para o ensino de línguas estrangeiras: o impacto no programa de mobilidade acadêmica Ciências sem Fronteiras. *Salto para o Futuro – Revitalização do ensino de francês no Brasil*, Rio de Janeiro, n. 14, p. 15-23, 2014.

PLANO DE INTERNACIONALIZAÇÃO. In :FUNDAÇÃO DE INTEGRAÇÃO, DESENVOLVIMENTO E EDUCAÇÃO DO NOROESTE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Ijuí: FIDENE/UNIJUÍ, 2018. pp. 1-11.

RAJAGOPALAN, K. The concept of World English and its implications for ELT. *ELT Journal*, v. 58, n. 2, p. 111-117, abr. 2004.

_____. A geopolítica da língua inglesa e seus reflexos no Brasil: por uma política prudente e propositiva. In: LACOSTE, Y.; RAJAGOPALAN, K. (Orgs). *A Geopolítica do Inglês*. São Paulo: Parábola, 2005. p. 135-159.

_____. O ensino de línguas estrangeiras como uma questão política. In: MOTA, K.; SCHEYERL, D. (Org.). *Espaços linguísticos: resistências e expansões*. Salvador: EDUFBA, 2006. p. 15-24.

RIVZI, F. International education and the production of global imagination. In: BURBULES, N. C. ; TORRES, C. A. (Eds.). *Globalization and education: critical perspectives*. New York: Routledge, 2000. p. 205-225

ROBSON, S. Internationalization at home: internationalizing the university experience of staff and students. *Educação*, v. 40, n. 3, p. 368-374, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.15448/1981-2582.2017.3.29012>. Acesso em: 15/06/2021.

SANTIAGO, M. C.; AKKARI, A.; MARQUES, L. P. *Educação Intercultural: desafios e possibilidades*. 1ª. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

STALLIVIERI, L. *Internacionalização e intercâmbio: dimensões e perspectivas*. Curitiba: Appris, 2017.

TREVISOL, M. G.; FÁVERO, A. A. As Diversas Faces da Internacionalização: Análise Comparativa Entre Duas Instituições Comunitárias do Sul do Brasil. *Revista Internacional de Educação Superior*, v. 5, p. 1-22, 2019.

TOMSK STATE UNIVERSITY NEWS. *TSU is one of the most international universities in Russia*. 2018. Disponível em: <http://en.tsu.ru/news/tsu-is-one-of-the-most-international-universities-in-russia/>. Acesso em: 20/01/ 2020.

VAVRUS, F.; PEKOL, A. Critical Internationalization: moving from theory to practice. *FIRE - Forum for International Research in Education*, v. 2, n. 2, p. 5-21, 2015.

ZILBERBERG, L. Agentes da educação internacional. *Revista Ensino Superior*, 2020. Disponível em: <https://revistaensinosuperior.com.br/ensino-superior-inter-ensaio/>. Acesso em: 10/06/2021.